

POLÍTICA ANTIFRAUDE

Introdução

A Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, mediante o Gabinete do Secretário Regional, enquanto beneficiário, está empenhado em manter elevados padrões éticos, jurídicos e morais e em aderir aos princípios da integridade, objetividade e honestidade e pretende ser considerada uma entidade **opositora à fraude e à corrupção** na forma como exerce a sua atividade. Espera-se que todos os trabalhadores partilhem este compromisso. O objetivo desta política consiste em promover uma cultura dissuasora de atividades fraudulentas e facilitar a prevenção e deteção de fraudes e o desenvolvimento de procedimentos que ajudem na investigação da fraude e de delitos conexos e que garantam que tais casos são tratados de forma oportuna e adequada.

Está em vigor um procedimento para a **divulgação e sensibilização dos trabalhadores a situações que constituem conflito de interesses**.

O termo «fraude» é geralmente utilizado para descrever uma grande variedade de práticas irregulares, incluindo o roubo, a corrupção, o desvio de fundos, o suborno, a falsificação, as falsas declarações, a colusão, o branqueamento de capitais e a ocultação de factos materiais. Envolve, muitas vezes, o recurso a artifícios para obter um benefício pessoal para si próprio, uma pessoa relacionada ou um terceiro ou para infligir uma perda a outra pessoa — a intenção é o elemento principal que distingue fraude de irregularidade. A fraude não tem apenas um potencial impacto financeiro; pode, igualmente, causar danos à reputação de uma organização responsável por gerir fundos de forma eficaz e eficiente. Esta questão assume particular importância para um organismo público responsável pela gestão dos fundos da UE.

A «corrupção» é o abuso de poder para proveito pessoal.

Existe «conflito de interesses» sempre que o exercício imparcial e objetivo das funções oficiais de uma pessoa for comprometido por motivos familiares, afetivos, de afinidade política ou nacional, de interesse económico ou por qualquer outro motivo de comunhão de interesses com, por exemplo, um candidato ou um beneficiário de fundos da UE.

Responsabilidades

- No âmbito da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, a responsabilidade geral pela gestão do risco de fraude e de corrupção foi delegada no Gabinete do Secretário Regional, que é responsável por:
 - o Proceder a uma revisão regular, com a ajuda de uma equipa de avaliação do risco, do risco de fraude;

- o Instituir uma política antifraude e um plano de combate à fraude eficazes;
- o Garantir a sensibilização do pessoal para a fraude e formação;
- o Garantir que a SRFPAP remete imediatamente as investigações para os organismos de investigação competentes quando estas ocorrerem.
- Os responsáveis/gestores dos processos do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública são responsáveis pela gestão diária dos riscos de fraude e dos planos de ação, tal como previsto na avaliação dos riscos de fraude, e sobretudo por:
 - o Garantir a existência de um sistema adequado de controlo interno na sua área de responsabilidade;
 - o Prevenir e detetar a fraude;
 - o Garantir a devida diligência e aplicar medidas de precaução em caso de suspeita de fraude;
 - o Tomar medidas corretivas, incluindo quaisquer sanções administrativas, conforme adequado.
- As autoridades de certificação têm um sistema que regista e armazena as informações fiáveis sobre cada operação; recebem informações adequadas por parte do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública sobre os procedimentos e verificações realizados em relação às despesas.
- A autoridade de auditoria tem a responsabilidade de agir em conformidade com as normas profissionais ao avaliar o risco de fraude e a adequação do quadro de controlo em vigor.
-

Comunicação de fraude

O Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública tem em vigor procedimentos para comunicar casos de fraude, tanto a nível interno, remetendo para a Inspeção Regional Administrativa, como a nível do Organismo Europeu de Luta Antifraude.

Todas as comunicações serão tratadas na mais rigorosa confiança e em conformidade com a legislação nacional e comunitária relativa à Proteção de Dados Pessoais. Os funcionários que comunicarem irregularidades ou suspeitas de fraude são protegidos contra represálias.

Medidas antifraude

O Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública estabeleceu medidas antifraude proporcionadas com base numa exaustiva avaliação dos riscos de fraude. Em especial, o Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

garante que o pessoal conhece os riscos de fraude e recebe formação antifraude. Se necessário, o Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública procede à remissão de todos os casos suspeitos e reais de fraude ocorridos à Inspeção Regional Administrativa, que irá agir em conformidade.

Conclusão

A fraude pode manifestar-se de muitas formas diferentes. O Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública possui uma política de tolerância zero em matéria de fraude e corrupção e tem em vigor um rigoroso sistema de controlo que foi concebido para prevenir e detetar, tanto quanto possível, os atos de fraude e, caso se verifiquem, corrigir o seu impacto.

Esta política e todos os procedimentos e estratégias relevantes são apoiados pela Inspeção Regional Administrativa que procederá à respetiva análise e atualização, de forma pró-ativa e constante.

Aprovo,